

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS.

Ana Clara Pontes Gomes¹
Jessé Augusto de Oliveira Souza²
Maria Eduarda Silva³
Pedro Santos Valença⁴
Vivyane Caroline Vieira de Melo⁵
Rosineide Maria Gonçalves⁶

RESUMO

Este artigo discute a precarização do acesso das pessoas de baixa renda ao ensino superior, partindo da compreensão de que a desigualdade social é resultado de um conjunto de determinações geradas pelo processo histórico que constituiu esse país. O espaço da escola foi, na maioria do tempo, um espaço para poucos e com finalidade de criar a distinção para poucos. Basta lembrar que a universalidade do direito à educação não tem nem quarenta anos, ou seja, por muito tempo estudar não era destinado a todos. A realização desse estudo buscou analisar os resultados das políticas públicas implementadas nas duas últimas décadas que visavam a ampliação do acesso dessas pessoas ao ensino superior. O estudo buscou entender como essas políticas contribuíram para minimizar as condições de pobreza e desigualdade social a partir do acesso de maneira equitativa e inclusiva. O estudo teve caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa, buscando identificar os sentidos e significados dados por essas pessoas, na sua maioria jovens, sobre impactos gerados em suas vidas a partir do ingresso ao Ensino Superior. Para compreender o contexto sócio histórico da Educação dialogou com Demerval Saviani e Otaíza Romanelli e para analisar as políticas de educação discutidas a partir de Pedro Demo e outros. A pesquisa realizou uma revisão bibliográfica de artigos científicos que dialogam com o tema, bem como a realização de análise de documentos das políticas públicas e suas resoluções atualizadas, e suas sanções implementadas.

Palavras-chave: Políticas públicas, Acesso, Desigualdades, Ensino Superior

¹ Graduanda do Curso de História, da Associação Caruaruense de Ensino Superior— ASCES-UNITA, 2023139205@app.asces.edu.br;

² Graduanda pelo Curso de História, da Associação Caruaruense de Ensino superior – ASCES-UNITA, 2023139202@app.asces.edu.br;

³ Graduando do Curso de História, da Associação Caruaruense de Ensino superior— ASCES-UNITA, 2023139214@app.asces.edu.br

⁴ Graduando pelo Curso de História, da Associação Caruaruense de Ensino superior – ASCES-UNITA, 2023139223@app.asces.edu.br

⁵ Graduanda no curso de Educação Física, da Associação Caruaruense de Ensino superior— ASCES-UNITA, 2023142114@app.asces.edu.br

⁶ Licenciada em História e Mestre em Serviço Social UFPE, Professora do Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA <u>rosineidegoncalves@asces.edu.br</u>



INTRODUÇÃO

A precarização do acesso ao ensino superior para pessoas de baixa renda é uma problemática que está dentro da desigualdade estrutural desse país. Compreender a base dessa desigualdade é importante para reconhecer essa questão, entre outras, como uma dimensão histórica na constituição do Brasil. De acordo com fontes do monitoramento do Plano Nacional de Educação - PNE que utiliza dados referente períodos 2021/2022 da PNAD e do Censo (IBGE), revelam que a taxa líquida de escolarização (TLE) para a faixa etária de 18 a 24 anos no Ensino Superior ficou entre 25% e 27,7% (dados referentes ao período 2021/2022), o que evidencia a baixa transição imediata para a universidade e a propensão à desigualdade no acesso. A Meta 12 do PNE estabelecia a elevação da taxa bruta de matrícula no ensino superior para 50% (e a líquida para 33%) na faixa etária de 18 a 24 anos até 2024. O não cumprimento dessa meta demonstra que o sistema educacional brasileiro é ainda marcado por desigualdades profundas, o que mantém o desafio que ainda é garantir equidade no acesso.

Faz-se necessário, portanto, reconhecer que se trata de um desafio estrutural e que a superação dessa questão exige o enfrentamento das barreiras históricas impostas às camadas mais pobres da sociedade. Um exemplo disso é a disparidade de acesso entre alunos das redes pública e privada: apenas 36% dos estudantes que concluíram o ensino médio na rede pública ingressaram no ensino superior, enquanto para os da rede privada esse percentual atingiu 79,2%, uma diferença de mais do que o dobro (IBGE 2018).

Nos últimos vinte anos, o Brasil tem feito uma atuação com vistas a ampliar a inclusão e esse estudo se volta para essa experiência, analisando a produção bibliográfica sobre o tema. Assim, foram analisados os propósitos das políticas públicas implementadas nos últimos vinte anos que buscam minimizar as condições de pobreza e garantir o acesso ao Ensino Superior.

A realização do estudo justifica-se pela importância da produção de conhecimento sobre a História da Educação e as transformações promovidas por meio da implementação de políticas sociais. Sendo a autoria do referido estudo discentes e professora da Licenciatura em História, torna-se uma importante contribuição para produção do conhecimento da formação de professores. O estudo tem abordagem qualitativa e exploratória, e, conforme detalhado na Seção 4, consistiu em uma revisão bibliográfica e análise documental para identificar os sentidos e significados atribuídos aos impactos da ampliação do acesso.





O Estado em Ação: Análise das Políticas Públicas de Ampliação do Acesso ao Ensino Superior (2001-2023)

Com o fim da ditadura militar (1964-1985), e o subsequente processo de redemocratização, a demanda por inclusão educacional ganhou força que engloba o acesso ao ensino superior. Nesse contexto, surgiram os cursinhos Pré-Vestibulares Populares. Essa experiência surgiu como uma estratégia para combater a exclusão do acesso dos jovens negros e de baixa renda, historicamente marginalizados. Organizados por movimentos estudantis, religiosos, comunitários e por lideranças do movimento negro, esses cursinhos não eram apenas espaços de preparação, mas também locais de discussão sobre a divisão social e como esta afetava, principalmente, o acesso de jovens negros à universidade. Essa experiência é um marco zero das lutas sociais que pavimentaram o caminho para as políticas estatais posteriores e reforçam que as políticas não nasceram de vontade própria do governo, mas de pressões sociais.

Assim, no âmbito do que propõe esse estudo, é fundamental reconhecer a importância da Constituição Federal do Brasil, em 1988, seguido da sanção da Lei 9.394 de 20/12/1996 cujo objetivo foi instituir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e a regulamentação de recursos do tesouro destinados a financiar a educação básica, bem como atuar na oferta de parte do Ensino Superior público. Ainda que a LDB, até os dias atuais, não tenha inserido a Educação Superior como obrigação de oferta universal do poder público, a proposta de universalização do ensino básico amplia a potencial demanda para o acesso ao Ensino Superior.

Reconhecendo que nos últimos 20 anos houve alteração significativa no conjunto de políticas públicas criadas para garantir o acesso ao Ensino Superior, nas próximas linhas será realizada uma breve análise de cada um dos programas criados pelo Governo Federal, incluindo sua homologação, efetivação e os resultados de sua inserção. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi, e ainda é, uma política pública importante para a educação brasileira. Criado em 1998, no final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), tinha o objetivo inicial de avaliar a Educação Básica, por meio dos dados gerados com a sua aplicação. Posteriormente, passou a ser utilizada como parâmetro da





seleção inicial de estudantes no ingresso à universidade pública, tendo sido a Universidade de Brasília (UNB) a primeira a aderir o ENEM como ferramenta de seleção. Hoje, o ENEM vem se consolidando como base para o desenvolvimento de novas políticas públicas voltadas ao ingresso ao Ensino Superior, a exemplo: Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi sancionado pelo mesmo governo em 12 de julho de 2001, pela Lei nº 10.260. Criado para auxiliar estudantes a custearem a graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Ele permite o financiamento das mensalidades, com a possibilidade de o estudante iniciar o pagamento do curso só após a formatura, a juros baixos ou nulos, de acordo com a renda familiar. Para acessar o Programa, é necessário ter prestado o ENEM, e a partir de 2010, foi acrescida a exigência de média mínima de 450 pontos nas provas e nota superior a zero na redação. Além disso, o candidato deve ter renda familiar de até três salários mínimos por pessoa para ter direito aos juros zero e estar matriculado em um curso com boa avaliação no MEC.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado pela Lei nº 11.096/2005, sancionada em 13 de janeiro de 2005 no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva e oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50% do valor da mensalidade) em cursos de graduação de IES privadas. É destinado ao público estudante que não possui Ensino Superior, ter cursado todo o Ensino Médio em escola pública ou em escola privada na condição de bolsista integral, além de comprovação da renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para a bolsa parcial (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi estabelecido pelo Ministério da Educação em janeiro de 2010, no mesmo governo, visando unificar o processo de oferta de vagas para cursos de graduação das instituições públicas de ensino superior brasileiras. Baseado principalmente nas notas do ENEM, o SISU permite que o candidato escolha até duas opções de curso, com a possibilidade de monitorar e alterar suas preferências durante o período de inscrição. As instituições podem estabelecer pesos diferentes por matéria dependendo do curso e da nota mínima exigida pelo mesmo.

A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), sancionada pelo governo de Dilma Rousseff, foi





criada para garantir a equidade social no acesso de pessoas provenientes de escolas públicas, de baixa renda, deficientes, quilombolas, povos originários, e pretos e pardos (critério racial/étnico) ao Ensino Superior e Técnico. Seu objetivo é democratizar o acesso a essas populações. A implementação desta lei visa corrigir essas desigualdades, garantindo que 50% das vagas em instituições federais sejam reservadas a cotistas, enquanto o restante fica disponível à ampla concorrência. Em 2023, houve uma atualização da lei (Lei nº 14.723/2023), sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual os estudantes cotistas passarão a ter prioridade na concorrência por benefícios e auxílios que apoiam a permanência e a conclusão dos estudos.

As políticas públicas (PROUNI, FIES e Lei de Cotas) não nasceram de vontades próprias do governo, mas são frutos diretos de lutas populares e sociais, que tiveram forte influência nas escolas, nos cursinhos, nos debates públicos e nas universidades. Essas conquistas nasceram da ousadia de quem acreditou que a educação superior é um direito, e não um privilégio.

REFERENCIAL TEÓRICO

O contexto sócio-histórico da Educação no Brasil é tema de debate no campo das Licenciaturas e demais áreas de discussão sobre direitos sociais. Considerando o lugar que produção desse estudo, serão utilizados autores com a perspectiva histórico-crítica que subsidiam o debate para os estudos da História da Educação no Brasil.

Otaíza Romanelli, em sua obra *História da Educação no Brasil* (2012), apresenta uma análise destacando o contexto histórico. A autora mostra que a falta de acesso à educação não é um fenômeno do presente, mas sim um fator do passado que se perpetua até a atualidade. Segundo sua perspectiva, a educação brasileira serviu para reproduzir desigualdades, tendo sido inicialmente organizada como privilégio exclusivo das elites, o que justifica a exclusão e a marginalização das camadas mais pobres durante um longo período. Para a autora, a educação nacional só começou a seguir novos rumos a partir de 1930, devido à expansão demográfica, à urbanização e às mudanças políticas, o que gerou uma maior demanda por acesso ao ensino. Contudo, essa expansão foi insuficiente, tanto em aspectos quantitativos quanto estruturais e organizacionais.





"A expansão do ensino, todavia, apesar de grande, foi deficiente, tanto em seu aspecto quantitativo, quanto em seu aspecto estrutural. [...] Manifestou-se então uma inadequação entre o sistema educacional, de um lado, e a expansão econômica e as mudanças socioculturais por que passava a sociedade brasileira, de outro. É esta inadequação que define a defasagem entre a educação e o desenvolvimento brasileiro após 1930." (ROMANELLI, 2012, p. 15)

De acordo com a autora, o que define as relações sociais são as relações de produção, e o pensamento sobre educação no Brasil só se iniciou a partir do processo de industrialização. Como o país passou por uma industrialização tardia, desenvolvendo-se de maneira mais acentuada no século XX, isso acarretou atrasos para o sistema educacional.

Inspirado nas análises da história crítica Demerval Saviani (2008), especialmente em sua obra *Escola e Democracia*, analisa as raízes históricas e estruturais da desigualdade no acesso à educação, situando-a no contexto das contradições da sociedade capitalista. O Saviani argumenta que a educação, longe de ser um instrumento neutro, reproduz as assimetrias sociais ao legitimar um sistema escolar que privilegia as elites e marginaliza as classes populares. Para o autor, a aparente democratização do ensino máscara mecanismos sutis de exclusão, como a dualidade entre uma educação "para o trabalho" (destinada às classes baixas) e outra "para a liderança" (reservada às altas classes). Essa crítica parte da compreensão que entende que a escola, como um aparelho ideológico do Estado, funciona para manter a hegemonia das classes dominantes.

Saviani (2008) também discute as teorias educacionais que, segundo ele, ocultam a realidade da desigualdade. Trazendo aqui alguns pontos apresentados por ele que ajudam a análise dos estudos sobre educação. Ele critica o espontaneísmo pedagógico e o tecnicismo, pois ambos, de formas distintas, negligenciam o papel do conhecimento sistematizado e reforçam a fragmentação da educação. Enquanto o primeiro romantiza a autonomia do aluno sem garantir bases sólidas de aprendizagem, o segundo reduz a educação a uma mera formação para o mercado, perpetuando a divisão de classes. Saviani defende, em contrapartida, a pedagogia histórico-crítica, que busca romper com essa lógica ao afirmar o direito de todos ao saber científico e filosófico, condição essencial para a emancipação humana.

O autor problematiza, também, o mito da educação como "equalizadora social", destacando que, sem a superação das condições materiais de exploração, a escolarização formal não pode, por si só, garantir equidade. Para Saviani (2008, p. 4) "a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade,





cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização". Com isso, ele evidencia como políticas educacionais reformistas, ao focarem em acesso sem transformar a qualidade e a estrutura do ensino, acabam por aprofundar o abismo entre as classes. Por exemplo, a expansão quantitativa de vagas sem investimento em infraestrutura, formação docente ou currículos críticos resulta em uma educação precarizada para os pobres. Assim, ele enfatiza que a verdadeira democratização exige uma mudança radical nas relações sociais e econômicas, articulando a luta pedagógica à luta política.

No âmbito do debate sobre políticas de acesso à educação, encontra-se ainda a discussão apresentada pelo sociólogo Pedro Demo (1994) em sua obra *Política Social, Educação e Cidadania*. O autor analisa as políticas públicas de educação sob a ótica da cidadania ativa, argumentando que o acesso à escolarização formal não garante, por si só, a emancipação dos sujeitos. Demo critica a visão reducionista que equipara democratização da educação à mera expansão de vagas, destacando que muitas políticas públicas são marcadas por um caráter assistencialista e quantitativo, sem enfrentar as desigualdades estruturais. Para o autor, a verdadeira inclusão educacional exige uma transformação qualitativa, que vá além da matrícula e assegure condições efetivas de aprendizagem crítica.

Política Social pode ser contextualizada, de partida, do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais. Por trás da política social existe a questão social, definida desde sempre como a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que a sustenta. (Demo, 1994, p. 14)

Demo (1994) discute ainda como as políticas educacionais frequentemente reproduzem lógicas clientelistas e burocráticas, tornando-se instrumentos de controle social em vez de mecanismos de libertação. Ele destaca que programas como bolsas de estudo, embora importantes, não resolvem o problema da exclusão se não forem acompanhados de uma formação intelectual rigorosa e de oportunidades reais de participação democrática. O autor defende que a educação deve ser entendida como um processo de emancipação, no qual os indivíduos não apenas recebem conhecimento, mas também desenvolvem a capacidade de questionar e transformar sua realidade, incorporando elementos da sociologia contemporânea, que enfatizam a complexidade das relações entre Estado, mercado e sociedade civil.

Enfim, Demo (1994) propõe uma redefinição da cidadania educacional, na qual o acesso à educação seja entendido como parte de um projeto maior de justiça social e





democracia participativa. Ele sustenta que as políticas públicas devem promover não apenas a inclusão no sistema escolar, mas também a capacidade dos indivíduos de intervir criticamente na sociedade. Isso exige superar a visão da educação como um "presente" do Estado e reconhecê-la como um direito conquistado por meio da luta social. Sua obra reforça a ideia de que, sem mobilização popular e sem uma crítica estrutural às desigualdades, as políticas de acesso à educação continuarão sendo superficiais, incapazes de garantir uma transformação efetiva

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, centrada na revisão bibliográfica e na análise documental. A primeira etapa metodológica envolveu o diálogo teórico com autores da perspectiva histórico-crítica, a saber, Demerval Saviani, Otaíza Romanelli e Pedro Demo, para subsidiar a análise da educação brasileira no contexto da desigualdade social.

A segunda etapa, de revisão bibliográfica e documental, buscou compreender a efetividade das políticas de acesso ao ensino superior. A pesquisa foi realizada nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, abrangendo publicações entre 2005 e 2024, com o uso dos descritores: "políticas públicas", "acesso ao ensino superior", "desigualdade social" e "ações afirmativas". A análise documental incluiu a leitura de resoluções e leis federais (como a Lei de Cotas nº 12.711/2012 e a Lei nº 14.723/2023), além de relatórios institucionais (IBGE, IPEA e INEP). Foram selecionados [Inserir o Nº Aproximado de Artigos/Estudos Analisados] artigos e estudos que explicitamente identificaram os sentidos e significados atribuídos pelos ingressantes de baixa renda aos impactos gerados pela ampliação do acesso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas últimas duas décadas, políticas públicas de acesso ao ensino superior (como PROUNI, FIES, ENEM e SISU) foram fundamentais para gerar oportunidades para pessoas mais pobres. Um estudo divulgado na revista *Educação e Sociedade* (Ristoff, 2018) destaca que, entre 2001 e 2017, houve um aumento de 173% nas matrículas no ensino superior. Esse processo de democratização contribuiu diretamente para a mobilidade social e para a superação de barreiras estruturais que mantinham famílias em situação de pobreza por





gerações (Ristoff, 2018).

Além disso, pesquisas apontam que o aumento da escolarização teve efeitos concretos na redução da pobreza no país. Segundo relatório da FGV Social, jovens com ensino superior completo ganham, em média, 2,5 vezes mais do que aqueles com apenas o ensino médio, o que impacta diretamente a renda familiar e a superação da pobreza (Neri, 2022).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) complementa, mostrando que políticas de acesso à educação superior foram responsáveis por até 16% da redução da desigualdade de renda observada entre 2003 e 2015. Esses dados confirmam que o investimento em educação, aliado à inclusão social, é uma estratégia comprovadamente eficaz no combate à pobreza (IPEA, 2018).

A adoção de cotas sociais e raciais, legalizada pela Lei nº 12.711/2012, incentivou a matrícula de estudantes de baixa renda e negros nas universidades federais, resultando em um aumento de 167% no ingresso por cotas entre 2012 e 2022. Estudos demonstram que, além de ampliar o acesso, essas políticas asseguram níveis iguais — ou até superiores — de desempenho acadêmico e menores taxas de evasão entre os cotistas, em comparação com os ingressantes pela ampla concorrência. O Censo da Educação Superior de 2023 revelou que os cotistas alcançaram uma taxa de conclusão de 51%, contra 41% dos não cotistas. Entre os beneficiários do PROUNI, a taxa foi ainda maior: 58%, em oposição a 36% dos demais alunos.

Políticas de permanência, como o Programa Bolsa Permanência (PBP), vinculado ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), são fundamentais para garantir que o ingresso se converta em permanência e conclusão do curso por estudantes em situação de vulnerabilidade. Avaliações apontam que alunos contemplados com auxílios de assistência estudantil apresentam menores índices de evasão, melhor desempenho acadêmico e maior estabilidade nas trajetórias educacionais, em comparação com os estudantes não assistidos.

Os resultados encontrados demonstram que as políticas de inclusão na educação geraram efeitos concretos e positivos no acesso e na permanência dos alunos. O aumento expressivo no número de ingressantes por cotas indica não apenas uma maior diversidade no perfil dos alunos, mas o êxito de medidas direcionadas à democratização do ensino. O melhor desempenho acadêmico e a maior taxa de graduação entre cotistas e bolsistas indicam que, com o devido apoio institucional, as barreiras socioeconômicas podem ser enfrentadas e mudar histórias de muitas famílias.





A análise desses números reafirma que o investimento nas políticas afirmativas, aliado ao direito à permanência, é essencial para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e representativa da sociedade brasileira. No entanto, os dados apresentados neste estudo quanto aos desafios de alcançar as metas do Plano Nacional de Educação, que, apesar de almejar 50% em 2024, não passou dos 27% de jovens que estão no Ensino Superior na faixa etária de 18 a 25 anos, demonstram que o Brasil ainda está distante de superar sua herança histórica.

Os debates apresentados por Saviani e Demo apontam para a necessidade de olhar para desafios que são estruturais do sistema capitalista, sem romantizar a ampliação nos percentuais de acesso e melhoria da renda. Ou seja, embora seja importante destacar essas conquistas, elas não garantem a transformação do nosso histórico de exclusão. Para Saviani (2008), as teorias educacionais ocultam a realidade da desigualdade. Ele critica o espontaneísmo pedagógico e o tecnicismo que não prepara criticamente o aluno do Ensino Superior para atuar na transformação da realidade que produziu sua exclusão.

O tecnicismo discutido por Saviani (2008) favorece a permanência de um abismo na realidade em que vive o Brasil. Enquanto o primeiro romantiza a autonomia do aluno sem garantir bases sólidas de aprendizagem, o segundo reduz a educação a uma mera formação para o mercado, perpetuando a divisão de classes. O autor defende, em contrapartida, a pedagogia histórico-crítica, que busca romper com essa lógica ao afirmar o direito de todos ao saber científico e filosófico, condição essencial para a emancipação humana. Lembrar que não basta cursar o Ensino Superior; faz-se necessário que essa formação seja de qualidade crítica, propositiva e transformadora dos processos de desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar as mudanças provocadas pelas políticas no enfrentamento às desigualdades sociais próprias de um país de heranças históricas de exclusão. Conclui-se que políticas públicas como ENEM, FIES, PROUNI, SISU e cotas são mecanismos essenciais para o enfrentamento dessas desigualdades estruturais porque permitem a ampliação do acesso de jovens pretos e pardos em maior proporção ao Ensino Superior.

Como apontado nos referenciais teóricos, a educação no Brasil constituiu-se inicialmente como um direito restrito às classes mais altas. Isso leva à reflexão de que a





universidade, em sua gênese, não foi pensada para as classes populares. O acesso crescente das classes populares no Ensino Superior começou a ocorrer significativamente nos últimos 25 anos, precisamente a partir da elaboração de políticas voltadas para essa inserção.

Analisando os resultados, percebe-se a importância de ações que buscam incluir aqueles que, por condicionantes históricos e estruturais, foram privados do acesso. Hoje, muitos dos que ingressam são os primeiros de suas famílias a terem tal oportunidade, um fato marcante, pois a falta de acesso anterior marginalizou gerações.

Por isso, embora seja significativo quando as mídias noticiam casos como "O filho do agricultor se forma em Medicina", visto que era uma realidade bem distante, esses casos são apresentados como mérito pessoal, ou seja, analisados desconectados do reconhecimento do papel do Estado em promover respostas que possam fazer frente a um processo histórico de negação de direitos. Além disso, constituem uma formação alienada dessa perspectiva crítica, o que torna mais lento o processo de transformação da realidade de desigualdade do país, pois os que acessam e se formam não trazem consigo necessariamente a perspectiva transformadora da realidade que ainda acomete a maioria da classe trabalhadora brasileira.

7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Kênia Rodrigues at al. **Desempenho acadêmico entre os cotistas e não cotistas: uma revisão bibliográfica sistemática**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 5., 2024, São Paulo. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2024. ISSN 2177-3866.

AGÊNCIA GOV/EBC. **MEC garante assistência para alunos permanecerem na graduação. Agência Gov/EBC**, 11 fev. 2025. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202502/mec-garante-assistencia-para-alunos-permanecerem-na-graduacao. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 13 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1–2, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 8 jun. 2025.





BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Institui reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e outras ações afirmativas no ensino superior**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 165, p. 37–44, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 8 jun. 2025.

DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. 10. ed. Campinas: Papirus, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2021/2022: Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9141-pnad-continua.html. Acesso em: 8 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: IPEA**, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/180925_relatorio_desigualdade.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ingresso por cotas aumentou 167 % nas universidades**. Brasília: Inep, 20 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167. Acesso em: 8 jun. 2025.

MINTO, Lalo Watanabe. **Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 54, p. 242–262, dez. 2013. ISSN 1676-2584. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640149. Acesso em: 30 jul. 2025.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de renda e educação: efeitos do ensino superior na renda e mobilidade social.** Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: https://cps.fgv.br/desigualdadeeducacao. Acesso em: 8 jun. 2025.

PAULA, Gustavo Bruno de; PICANÇO, Felícia. Desigualdades após o acesso: origem social e evasão do sistema de ensino superior. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 45, e281915, 2024. DOI: 10.1590/ES.281915. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/NBSqmJMT3Bf9HNt6vw4DdGb. Acesso em: 7 jun. 2025.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 39, n. 145, p. 981–1002, out./dez. 2018. DOI: 10.1590/ES0101-73302018187578. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/x8LTs4SWDkZVHzY7fqKMXJd/. Acesso em: 8 jun. 2025.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 37. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

